



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

LUÍS DE MACÊDO NETO

IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19
NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS BRASILEIRAS

CAMPINA GRANDE – PB

2021

LUÍS DE MACÊDO NETO

IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19 NAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS BRASILEIRAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação de Gestão Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Eliedna de Sousa Barbosa.

CAMPINA GRANDE – PB

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M141i Macedo Neto, Luis de.
Impactos Orçamentários causados pela Pandemia da Covid-19 nas Universidades Públicas Estaduais Brasileiras [manuscrito] / Luis de Macedo Neto. - 2021.
34 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Eliedna de Sousa Barbosa ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Orçamento Público. 2. Despesa Pública. 3. COVID-19. I.
Título

21. ed. CDD 351

LUÍS DE MACÊDO NETO

IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19 NAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS BRASILEIRAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Gestão Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Gestão Pública.

Aprovado em: 14 / 12 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Eliedna de Sousa Barbosa (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profª. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profª. Ma. Vânia Vilma Nunes Teixeira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Senhor e Deus, que tanto fez e faz em minha vida. Àquele que tento amar. Ao Deus que não retirou meus fardos, mas que me fez mais forte para carregá-los; que colocou pessoas em meu caminho para me ajudar a prosseguir; que hoje, nesses tempos maus, permite vitórias em minha vida. Ao Deus que é maior que meus medos e minhas misérias; que não se economiza em amar, que é apressado para perdoar e lento para julgar. A Ti, Senhor, toda honra e glória, todos os méritos e frutos que eu possa receber através dessa conquista acadêmica.

Agradeço também a minha família. Aos meus pais, por tornarem viável essa conquista. Sem o sacrifício diário deles tudo seria ainda mais difícil. Obrigado por me amarem sem a necessidade de palavras, mas com abundância de atitudes. E a minha irmã, que não recusou ajuda nem economizou esforços, que não poupou seu conhecimento e abdicou de seu sono para me ajudar.

A minha equipe de trabalho da Pró-Reitoria de Gestão Financeira (PROFIN) e, também, colegas de curso. Sou grato pelo incentivo à formação, por toda ajuda durante o curso. Mesmo diante de tantas responsabilidades e com sua rotina exaustiva, graças a vocês foi possível vencer cada disciplina sem perder a qualidade no serviço.

Agradeço a minha orientadora, Eliedna, que tanto admiro como profissional desde a graduação em Ciências Contábeis. Suas aulas de contabilidade e orçamento público fizeram de mim um apaixonado pela profissão. Agradeço também pela prontidão em aceitar o convite para ser minha orientadora, pela paciência e compreensão diante das minhas demoras.

RESUMO

Esta pesquisa objetivou verificar reflexos da pandemia da COVID-19 na execução orçamentária das universidades públicas estaduais brasileiras em 2020 em relação a 2019. Para tanto, ofereceram base para este estudo a Teoria da Contingência, legislação e normas da área. Realizou-se uma pesquisa descritiva, documental, de cunho quanti-qualitativo. Os dados foram coletados no portal da transparência de cada Estado brasileiro. Para obtenção da amostra foram realizadas três grandes etapas: (1) identificação dos Estados brasileiros que possuíam universidade estadual, (2) coleta dos dados referentes à despesa pública paga do exercício de 2019 e 2020 e (3) a tabulação destes em planilha eletrônica. Realizou-se, também, uma análise estatística através do software R Core Team (2021) com a interface do R Studio. Com isso, verificou-se que a maioria das despesas estudadas sofreu alterações significativas no volume de recurso aplicado em virtude da pandemia da COVID-19. Observou-se, ainda, que o número de *clusters* formados para cada grupo de despesa foi relativamente pequeno (mais especificamente, três). Logo, compreende-se que, apesar de as universidades estaduais terem adotado estratégias distintas, considerando os gastos de maneira individual, ainda houve certa semelhança na alocação de recursos para o período da pandemia em 2020, com destaque para as despesas com diárias, passagens e locomoção que sofreu maior redução, corroborando com a Teoria da Contingência, que busca explicar que as organizações se adequarão aos imprevistos, nesse caso, a pandemia.

Palavras-chave: Orçamento Público. Despesa Pública. Universidades estaduais brasileiras. COVID-19.

ABSTRACT

This research aimed to verify the effects of the COVID-19 pandemic on the budget execution of Brazilian state public universities in 2020 compared to 2019. For this purpose, the Contingency Theory, legislation and norms in the area provided the basis for this study. A descriptive, documental, quanti-qualitative research was carried out. Data were collected on the transparency portal of each Brazilian state. Three major steps were taken to obtain the sample: (1) identification of Brazilian states that had a state university, (2) collection of data spent on public expenses paid for the fiscal year 2019 and 2020, and (3) their tabulation in an electronic spreadsheet. A statistical analysis was also realized out using the R Core Team software (2021) with the R Studio interface. As a result, it was found that most of the expenses studied underwent relevant changes in the volume of resources applied due to the COVID-19 pandemic. It was also observed that the number of clusters formed for each expense group was relatively small (more specifically, three). Therefore, it is understood that, although state universities have adopted different strategies, considering costs individually, there was still no similarity in the allocation of resources for the pandemic period in 2020, with emphasis on expenses with daily rates, tickets and locomotion that suffered the greatest reduction, corroborating the Contingency Theory, which seeks to explain which associations will adapt to contingencies, in this case, the pandemic.

Keywords: Public budget. Public expenses. Brazilian state universities. COVID-19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Agrupamento das universidades para diárias e passagens.....	11
Figura 2 – Agrupamento das universidades para serviços terceirizados PJ	12
Figura 3 – Agrupamento das universidades para Serviços terceirizados PF	13
Figura 4 – Agrupamento das universidades para os gastos com o pessoal	15
Figura 5 – Agrupamento das universidades para penduricalhos	16
Figura 6 – Agrupamento das universidades para Obras e instalações	17
Figura 7 – Agrupamento das universidades para Material de consumo.....	18
Figura 8 – Agrupamento das universidades para Material permanente	19
Figura 9 – Agrupamento das universidades para o auxilio	20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1	TEORIA DA CONTINGÊNCIA	9
2.2	DESPESA PÚBLICA NO BRASIL.....	10
2.3	COVID-19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	11
2.4	UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS NO BRASIL.....	12
3	METODOLOGIA	13
4	ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	16
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA E ESTATÍSTICA.....	16
4.1.1	Diárias, passagens e despesas com locomoção	17
4.1.2	Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	18
4.1.3	Serviços de terceiros – Pessoa Física	19
4.1.4	Despesas com pessoal.....	21
4.1.5	Despesa com pessoal – “Penduricalhos”	22
4.1.6	Obras e Instalações	23
4.1.7	Material de consumo	24
4.1.8	Material permanente	25
4.1.9	Auxílio financeiro a estudantes	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

A partir do dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou a classificação da contaminação causada pelo coronavírus à Pandemia. Em virtude dos riscos para o Estado de saúde das pessoas foram tomadas medidas de contenção populacional como a quarentena, o *lockdown* e a antecipação de feriados. A economia foi fortemente afetada. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), 58,9% das pequenas empresas precisaram interromper suas atividades temporariamente no Brasil.

Assim como a economia, o seguimento da educação sofreu grandes consequências. Em virtude da paralização das aulas presenciais, as escolas e universidades públicas e privadas precisaram recorrer à tecnologia para tentar manter o cronograma de aulas e evitar maiores atrasos na formação dos alunos. Vale salientar que, da educação básica ao ensino superior, alunos e professores precisaram se adaptar ao acesso e ao trabalho remoto.

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) relatou que iniciativas públicas em todos os países analisados pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) focaram seus esforços em disponibilizar recursos e materiais, prestar auxílio e treinar educadores de instituições de Ensino Básico para ministrar aulas num modelo remoto.

Sendo assim, todas as mudanças necessárias à manutenção de suas atividades forçaram as instituições de ensino a realocar gastos, otimizar recursos e desenvolver estratégias capazes de sustentá-las durante esse período atípico.

Apesar dos fatos descritos e de um histórico de dificuldades, as Universidades Públicas Estaduais (UPE) são sinônimo de inclusão, uma vez que estas permanecem ampliando o acesso ao ensino superior e democratizando-o à medida que se expandem para o interior dos Estados, favorecendo as diversas camadas da população brasileira, Lopes e Passos (2015).

Portanto, a análise do comportamento desses gastos em UPE faz-se necessária, tendo em vista que o impacto causado na sociedade, em virtude do volume de recursos empregado nessas instituições, é capaz de gerar benefícios para a população local onde se encontram, ganhos para pesquisa acadêmica dentro e fora do país, geração de mão de obra capacitada, entre tantos outros benefícios sociais.

A partir de tal entendimento, buscou-se, neste estudo, responder ao seguinte questionamento: Quais os possíveis reflexos da pandemia da COVID-19 na execução orçamentária do exercício de 2020 nas universidades públicas estaduais brasileiras em comparação com 2019?

Para tanto, foi traçado o seguinte objetivo geral:

- verificar reflexos da pandemia da COVID-19 na execução orçamentária do exercício de 2020 nas universidades públicas estaduais brasileiras em comparação com 2019.

Nesse sentido, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- identificar, na execução orçamentária, os elementos de despesa que sofreram alteração significativa no volume de recurso aplicado em virtude da pandemia da COVID-19;
- observar se há correlação entre a execução orçamentária das universidades que compõem a amostra em questão.

No que se refere a sua estrutura composicional, a presente pesquisa está organizada em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, foi apresentado o referencial teórico que fundamentou a análise dos dados, constituído pela Teoria da contingência, legislação e normas que regem a contabilidade pública no Brasil, como a Lei nº 4.320/64, o Manual de contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP). Os fatos e números que descrevem a pandemia da COVID-19 foram apresentados sob o olhar de entidades como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o SEBRAE e a UnaSUS; uma vez que acompanharam a evolução e os impactos da pandemia no Brasil. O contexto histórico das universidades estaduais brasileiras foi explicado com base nos estudos de Lopes e Passos (2015). Para a análise descritiva, foram considerados os apontamentos propostos por Mendonça (2017), Hair et al. (2009) e Kassambara (2017).

Na segunda seção, foi apresentada a metodologia que descreve o processo de geração dos dados e o embasamento utilizado para dar tratamento a estes, bem como a caracterização e natureza da pesquisa. Por fim, na terceira seção, foram explicitadas as interpretações

realizadas a partir dos dados em questão. Tais interpretações são seguidas das considerações finais e referências utilizadas ao longo da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da contingência

Como suporte para esta pesquisa, encontrou-se na Teoria da contingência o embasamento teórico necessário para elucidar os diversos comportamentos das despesas e a forma de alocação de recursos das UPE durante o período em análise.

A teoria da contingência supõe que não existem soluções únicas para a resolução de problemas organizacionais ou não existe uma estrutura organizacional única que seja efetiva para todas as organizações (FREZATTI et al., 2009 apud VERHAGEM; LAVARDA, 2011). Dessa maneira, “as empresas buscam otimizar a estrutura organizacional de acordo com os fatores contingenciais, e moldam/adequam suas estratégias e estruturas internas de acordo com eles” (FREITAG; ALMEIDA; LUCENA, 2021). Compreende-se por fatores contingenciais as variáveis internas e externas às quais as organizações precisam se adaptar, sendo elas: estratégia, tamanho e tecnologia.

Estudos como os de Burns e Stalker (1961 apud FREITAG; ALMEIDA; LUCENA, 2021), serviram de base para a Teoria da contingencia, uma vez que, ao identificarem os modelos de estrutura organizacional mecanicista e organista e concluírem que ambos representavam formas eficientes de explorar os recursos de uma organização, seus resultados demonstravam a eficácia de cada modelo de acordo com as condições e o ambiente em que as organizações estavam inseridas.

Para Child (1970 apud FREITAG; ALMEIDA; LUCENA, 2021), a variabilidade e a complexidade das condições ambientais são elementos relevantes para as organizações, uma vez que o primeiro se trata das alterações ocorridas no ambiente das organizações cuja capacidade de previsibilidade é dificultosa e capaz de gerar alto grau de incerteza. Já o segundo compreende que mais complexo é o ambiente organizacional em que as atividades externas são heterogêneas e extensas.

Tendo em vista que, em sua maioria, as UPE são financiadas por repasse de percentuais de receitas dos Estados (LOPES; PASSOS, 2015), observa-se que as universidades estaduais brasileiras estão situadas em realidades econômicas distintas, embora apresentem semelhança quanto à forma de financiamento de suas atividades. Nesse sentido, é possível perceber que a variação das receitas estaduais se torna, portanto, um fator externo preponderante para as universidades. Para esse trabalho o principal fator de contingência observado será a pandemia da COVID-19.

Tais aspectos apresentados anteriormente justificam a pertinência da Teoria da contingência para esse estudo, pois seguem em direção aos estudos que lastreiam a referida teoria.

2.2 Despesa pública no Brasil

A atuação do Estado está sujeita ao que dispõe a legislação. Destaca-se, para este trabalho, a lei nº 4.320/64, que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como outras ferramentas de regulação, como o Manual de contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP; o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público - NBC TSP. Esse conjunto de normas orientará o tratamento das Receitas e Despesas públicas na administração pública.

A definição de Despesa Pública apresentada pelo MCASP dispõe que esta trata-se de “o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade” (MCASP, 2019). Esse conjunto de dispêndios, segundo a lei nº 4.320/64, deverá ser fixado a cada ano de maneira proporcional à previsão das Receitas Públicas. Atendendo ao disposto na CF- 88, a mesma lei definiu o orçamento público como o instrumento de planejamento que conterà a previsão das receitas e a fixação das despesas, ressaltando-se que pertencerá ao exercício financeiro “as despesas nele legalmente empenhadas” (BRASIL, 1964). Do ponto de vista orçamentário, a despesa perpassa duas grandes fases, o planejamento e a execução. Coube neste trabalho focar na segunda fase apresentada, na qual a Lei nº 4.320/64 descreve como disposta em três estágios: empenho, liquidação e pagamento.

De acordo com o Art. 58 da Lei nº 4.320/1964, o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, ou seja, compromete a dotação orçamentária para um determinado fim. Já a liquidação, como definida pela Lei nº 4.320/64, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

“§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:
I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
II - a importância exata a pagar;
III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação”.
(BRASIL, 1964)

Por fim, a Lei nº 4.320/1964, no Art. 64, define o pagamento como o “despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga” (BRASIL, 1964).

Cabe esclarecer que, para a melhor compreensão e organização da Despesa Pública, foi criada, através da Portaria interministerial STN/SOF nº 163 DE 2001, uma codificação, subdividindo a referida despesa em: categoria econômica, grupo, modalidade de aplicação e elemento de despesa, atribuindo-se uma numeração para cada item. A união desses números resulta em um código de 6 dígitos denominado de natureza da despesa (BRASIL, 1964), o qual será utilizado para identificar os tipos de despesa realizados pelas universidades que compõem a amostra deste estudo.

Para efeito de análise, esta pesquisa traz as despesas das universidades estaduais brasileiras em sua terceira fase de execução, ou seja, despesas pagas dentro do exercício, observando quanto a sua classificação o elemento de despesa.

2.3 COVID-19 e suas consequências no sistema educacional brasileiro

Segundo o Ministério da Saúde, a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus, SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. A doença foi descoberta em pacientes com pneumonia de causa desconhecida, na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019.

A partir do dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou a classificação da contaminação causada pelo coronavírus a pandemia, tendo em vista não a gravidade da doença, mas sua rápida disseminação geográfica (UnaSUS, 2020).

Atreladas ao estado pandêmico provocado pela COVID-19, as consequências impostas aos países foram além daquelas decorrentes do estado de saúde das pessoas, pois a economia foi também afetada. Segundo o SEBRAE, 58,9% das pequenas empresas precisaram interromper suas atividades temporariamente no Brasil.

Outro grande seguimento afetado foi o da educação. Medidas de contenção populacional como a paralização das aulas presenciais (além da quarentena, do *lockdown* e da antecipação de feriados) forçaram o setor educacional a se adaptar. O uso de ferramentas tecnológicas foi a alternativa mais viável para tentar manter o cronograma de aulas e evitar maiores atrasos na formação dos alunos. Vale salientar que, da educação básica ao ensino superior, alunos e professores precisaram se adaptar ao acesso e ao trabalho remoto.

Segundo pesquisa realizada pela UNDIME, o maior desafio foi o acesso de estudantes à internet, uma vez que 78,6 % dos estudantes relatou grau de dificuldade de médio a alto nesse quesito. Entretanto, o estudo também relatou que iniciativas públicas em todos os países analisados pela ABMES dedicaram seus esforços à disponibilização de recursos e materiais, ao auxílio e treinamento de educadores de instituições de ensino básico, visando o desenvolvimento de aulas num modelo remoto. No ensino superior, a ABMES aponta que não foi identificada grande disponibilidade de ferramentas e plataformas digitais, o que indica uma correlação com o maior nível de independência para a aprendizagem presente no corpo discente das universidades.

Diante do exposto, observa-se que as instituições de ensino no Brasil precisaram se reorganizar em sua forma de prestar serviços à sociedade, bem como dar suporte a docentes, discentes e servidores técnicos administrativos que compõem a estrutura funcional das instituições de ensino. Logo, pressupõe-se também a ocorrência de uma reorganização financeira, a qual será trabalhada nesta pesquisa.

2.4 Universidades públicas estaduais no Brasil

Dentre as instituições que compõem o ensino superior no Brasil encontram-se as universidades estaduais. Surgidas no início do século XX, por iniciativa de grupos políticos, intelectuais e representantes da sociedade local, as universidades estaduais ampliaram as possibilidades de ingresso ao ensino superior e ajudaram a democratizar seu acesso, tendo em vista que muitas delas se localizavam Estado a dentro e não nas capitais.

Em 1931, com o decreto nº 19.851, foi estabelecido o modelo universitário como preferencial de organização do ensino superior nacional. Todavia, com o passar dos anos, muitas das universidades estaduais passaram pelo processo de federalização, entre outras consequências. Essa medida daria maior garantia de financiamento das suas atividades.

Até a década de 1980, existiam apenas 9 universidades estaduais no Brasil. A partir de então, o número de instituições começou a crescer e em 1996, ano da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, somavam-se 27 universidades. Consequentemente, o número de vagas também cresceu, passando de 22.731 para 50.483. Este representou um aumento de 122% no lapso temporal de 16 anos, segundo Lopes e Passos (2015).

Apesar do expressivo crescimento, as universidades estaduais até então ocupavam o terceiro lugar no seguimento, ficando abaixo, em números, das universidades federais e privadas. Após as alterações trazidas pela LDB em 1996, houve uma redução do índice de crescimento das universidades estaduais em relação às demais, uma vez que a autonomia instituída e o “repasso de percentuais de receita pelos Estados não lhes garantiram expansão. Pelo contrário, como atestam os números, fizeram-na crescer menos do que as demais, encolhendo sua participação, e isso explica por que, provavelmente, enfrentem dificuldades” (LOPES; PASSOS, 2015).

Apesar dos fatos descritos e de um histórico de dificuldades, as universidades estaduais são sinônimo de inclusão, uma vez que estas permanecem ampliando o acesso ao ensino superior e o democratizando ao passo que se expandem para o interior dos Estados, favorecendo as diversas camadas da população brasileira (LOPES; PASSOS, 2015).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa pretende apontar possíveis alterações na execução da despesa pública em universidades estaduais do Brasil em decorrência da pandemia da COVID-19. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho quanti-qualitativo (GIL, 2002).

Para obtenção da amostra em estudo, foram realizadas três grandes etapas: (1) identificação dos Estados brasileiros que possuíam universidade estadual, (2) coleta dos dados referentes à despesa pública paga do exercício de 2019 e 2020 e (3) a tabulação destes em planilha eletrônica.

Tendo em vista que os dados coletados não sofreram tratamento e têm sua origem em fontes primárias (como o portal da transparência de cada Estado brasileiro), este trabalho possui, quanto ao delineamento, características de uma pesquisa documental (GIL, 2002). Foram acessados os portais da transparência de todos os Estados do Brasil, no período de 19 de dezembro de 2020 a 18 de janeiro de 2021. Dos 26 Estados brasileiros, bem como o Distrito Federal, apenas 22 possuem universidade estadual. Das 22 universidades, apenas 17 disponibilizaram as informações necessárias para esse estudo. Sendo assim, a amostra em estudo foi composta por 17 universidades estaduais brasileiras, representando 77,27% do universo da pesquisa.

Conforme quadro abaixo, é possível observar quais universidades compõem a amostra em estudo, seus respectivos Estados e o motivo da exclusão de alguns Estados para a composição da amostra desta pesquisa.

Quadro 1 – Composição da amostra em estudo

REGIÃO	ESTADO	UNIVERSIDADE	SITUAÇÃO
NORTE	RORAIMA	UERR	Dados coletados
	TOCANTINS	UNITINS	Dados coletados
	AMAZONAS	UEA	Dados coletados
	ACRE	---	Não possui universidade estadual
	RONDÔNIA	---	Não possui universidade estadual
	AMAPÁ	UEAP	Site da transparência com problemas
	PARÁ	UEPA	Site da transparência com problemas
NORDESTE	PIAUÍ	UESPI	Dados coletados
	CEARÁ	UECE	Dados coletados
	PARAÍBA	UEPB	Dados coletados
	PERNAMBUCO	UPE	Dados coletados
	ALAGOAS	UNEAL	Dados coletados

	MARANHÃO	UEMA	Dados coletados
	SERGIPE	---	Não possui universidade estadual
	BAHIA	UNEB	Busca mínima indisponível no site da transparência
	RIO GRANDE DO NORTE	UERN	Busca mínima indisponível no site da transparência
CENTRO-OESTE	MATO GROSSO	UNEMAT	Dados coletados
	GOIÁS	UEG	Dados coletados
	MATO GROSSO DO SUL	UEMS	Dados coletados
	DISTRITO FEDERAL	---	Não possui universidade estadual
SUDESTE	MINAS GERAIS	UEMG	Dados coletados
	RIO DE JANEIRO	UERJ	Dados coletados
	SÃO PAULO	USP	Dados coletados
	ESPÍRITO SANTO	---	Não possui universidade estadual
SUL	SANTA CATARINA	UDESC	Dados coletados
	PARANÁ	UNESPAR	Dados coletados
	RIO GRANDE DO SUL	UERGS	Site da transparência com problemas

Fonte: elaboração própria.

Cabe ainda esclarecer alguns pontos acerca da coleta dos dados. A princípio, observou-se que o primeiro caso de COVID-19, no Brasil, segundo o Ministério da Saúde, foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020. Tal fato sugere que a coleta dos dados, tanto do exercício de 2019 quanto de 2020, fosse realizada entre os meses de março e dezembro dos respectivos anos, para melhor confrontação das informações. Entretanto, grande parte dos sites da transparência dos Estados não forneceu os dados minimamente necessários à pesquisa de maneira mensal. Logo, a coleta dos dados considerou a despesa pública paga de todo o exercício de 2019 e 2020.

Considerando também que a Lei nº 4.320/64 em seu § 3º permite o empenho global de despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento – a exemplo das despesas mensais com segurança, limpeza, água, energia elétrica, internet, telefonia etc. – e que o empenho destas despesas ocorre geralmente no início de cada exercício de maneira global, a utilização da despesa empenhada tornar-se-á menos adequada para este estudo, quando comparada à despesa pública em seu terceiro estágio de execução. Portanto, a despesa efetivamente paga foi utilizada para esta pesquisa.

Alguns elementos de despesa foram desconsiderados para fins deste estudo em virtude da sua pouca representatividade. Quando observado que a maioria das instituições

não apresentou tal despesa ou quando o volume de recursos alocados em determinados elementos era pequeno o suficiente para não impactar os resultados da pesquisa de forma significativa, optou-se por eliminar estas despesas.

A fim de viabilizar estatisticamente a verificação do comportamento dos gastos das referidas universidades em 2020 em relação à 2019, as despesas foram divididas em nove grupos: auxílio estudantil, diárias e passagens, material de consumo, material permanente, obras, penduricalhos, gastos com pessoal, serviços terceirizados para pessoas físicas e serviços terceirizados para pessoas jurídicas. Para isso, foram realizadas Análises de Clusters em cada grupo, individualmente, de acordo com as diferenças de gastos entre 2020 e 2019 destas despesas.

Para as análises, foi utilizado o método de agrupamento não hierárquico. Inicialmente, calculou-se a distância para verificar quais universidades tinham gastos semelhantes entre si. Para isso foi utilizada a distância Euclidiana, que, segundo Kassambara (2017), é uma distância geométrica no espaço multidimensional. Posteriormente, para saber a quantidade de grupos ideal que consiga agrupar da melhor forma as universidades, utilizou-se o número ótimo de clusters pelo Método da Soma de Quadrados (WSS), mais conhecido na literatura como curva do cotovelo. Nesse método, o número ótimo será o que marca o começo da constância da curva. A partir daí, a classificação dos grupos foi feita pelo método não hierárquico K-means. Esse método, segundo Hair et al. (2009), classifica as universidades dentro dos grupos, de forma que a variação intra-cluster seja minimizada pela soma dos quadrados das distâncias Euclidianas entre estas universidades e seus centroides.

Por fim, após visualizar a classificação das universidades, de acordo com suas respectivas despesas, realizou-se uma Análise Descritiva para cada agrupamento. Para tanto, fundamentamo-nos nos apontamentos propostos por Mendonça (2017). Ressalta-se, também, que as análises foram realizadas de acordo com software R Core Team (2021) com a interface do R Studio.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

4.1 Análise descritiva e estatística

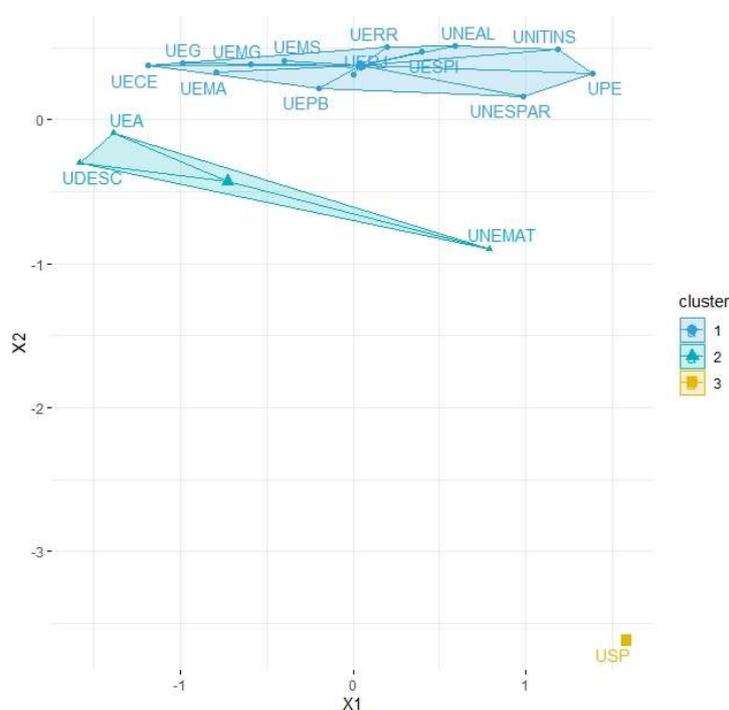
Realizou-se, nesta etapa, a análise descritiva e estatística das despesas. Tendo em vista suas similaridades, foi possível agrupar alguns elementos de despesa, permitindo melhor observação dos dados coletados.

4.1.1 Diárias, passagens e despesas com locomoção

Os elementos de despesa observados neste grupo foram 14 e 33. Estes indicam respectivamente os gastos realizados com diárias, passagens e despesas com locomoção.

De início, realizou-se a Análise de *Clusters*, referente a esses gastos nas universidades estaduais brasileiras durante o ano de 2020, em relação a 2019. O método da soma de quadrados (WSS) mostra que três grupos é o ideal para descrever a despesa estudada.

Figura 1 – Agrupamento das universidades para diárias e passagens



Fonte: dados da pesquisa.

O cluster 1 contém a maioria das universidades estaduais. O cluster 2 é composto pela UEA, UDESC e UNEMAT, enquanto o cluster 3 possui apenas a USP. Ainda que em proporções distintas, observou-se que todas as universidades da amostra reduziram seus gastos com as referidas despesas no ano de 2020. Das 17 universidades que compunham a amostra, 14 reduziram seus gastos com diárias em mais de 80%, bem como 13 universidades

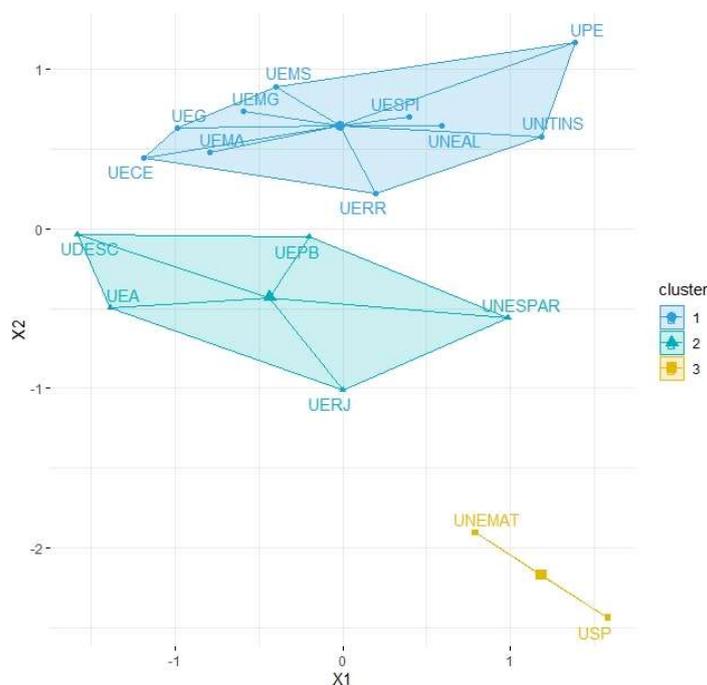
reduziram seus gastos no elemento 33 em mais de 60% no mesmo período. De acordo com a figura 4, a USP, contida no cluster 3, obteve em 2019 o maior gasto médio com diárias e passagens. Em 2020 o volume de gastos reduzidos foi superior a 8 milhões de reais. O *cluster* 1, que contém a maioria das universidades, possui as maiores variações e também possuiu o menor gasto médio com diárias e passagens de 2019 para 2020.

4.1.2 Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

No que se refere a serviços como a locação de mão de obra, tecnologia da informação e comunicação, bem como outros serviços terceirizados para pessoa jurídica durante o período sob análise, tem-se as considerações a seguir.

Notou-se que o método WSS indicou três clusters como número ótimo para agrupar as universidades em estudo, considerando os gastos com Serviços de terceiros Pessoa Jurídica, durante 2020, em relação a 2019.

Figura 2 – Agrupamento das universidades para serviços terceirizados PJ



Fonte: dados da pesquisa.

A figura acima mostra que os três grupos formados terão a seguinte composição: grupo 3, formado pela UNEMAT e USP; grupo 2, formado pela UDESC, UEA, UEPB, UNESPAR e UERJ; e, por fim, o grupo 1, composto pelas demais universidades.

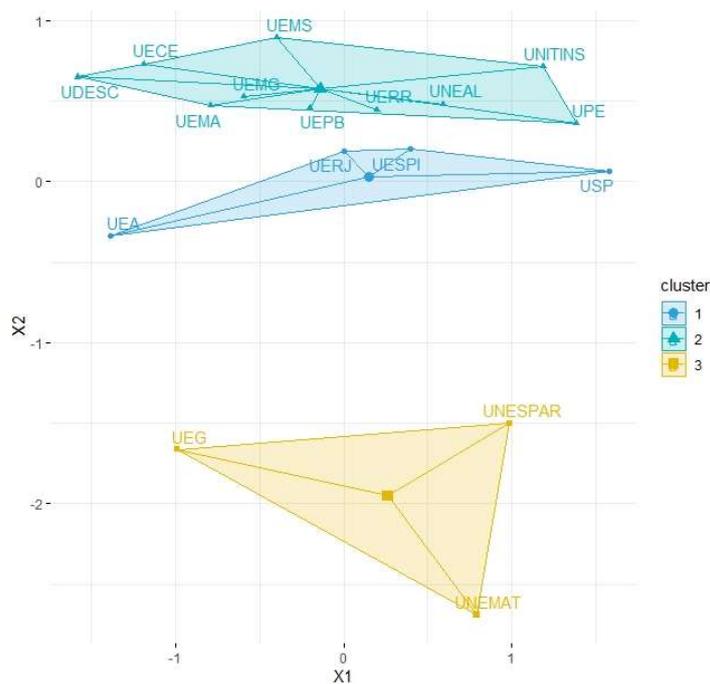
Observou-se que o cluster 1 conteve as universidades que possuem as maiores variações em relação às demais, no que se refere à despesa sob estudo, e em média os maiores gastos entre 2019 e 2020. O cluster 3 agrupou as universidades com os menores gastos médio no período citado.

Além do apresentado acima, observa-se que os gastos realizados nesse grupo de despesa, composto pelos elementos 37, 39 e 40; apresentaram redução média de 19% no ano de 2020, em relação a 2019. Apenas 4 das universidades em análise apresentaram aumento na média de gastos desse grupo. Destacam-se aqui a UPE, que apresentou um aumento de 112% nas despesas com Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, e a UEMS com um aumento de 64% na mesma despesa, elemento 40.

4.1.3 Serviços de terceiros – Pessoa Física

Este grupo é composto pelas despesas relacionadas aos serviços de terceiros prestados por pessoa física. Nele, constam os elementos de despesa 4 e 36. O número ótimo de clusters, obtido pelo método da soma de quadrados, WSS, foi de três *clusters* para o agrupamento das universidades.

Figura 3 – Agrupamento das universidades para Serviços terceirizados PF



Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, pela figura 3, que o grupo 1 é composto pela UEA, UERJ, UESPI e pela USP. O grupo 3, por sua vez, contém a UEG, UNESPAR e UNEMAT. Assim, o grupo 2 é formado pelas demais dez universidades, consistindo no agrupamento ideal destas, de acordo com seus respectivos gastos de 2020 em relação à 2019, com serviços terceirizados com pessoa física.

A maioria das universidades da amostra apresentou redução desses gastos no período. Destacam-se aqui a UEG, UNEMAT, UEA e UNESPAR. Com redução de gastos superior a 50% do total realizado em 2019, apenas estas quatro universidades deixaram de utilizar mais de 124 milhões de reais para o custeio das despesas relacionadas a esse grupo. Em contrapartida, a UEMS, no ponto mais elevado do *cluster* 2, elevou os seus gastos com contratações por tempo determinado (elemento 4) em mais de 7 milhões de reais. Apesar de não ter sido a única universidade a elevar esse tipo de gasto em 2020, o volume de recurso aplicado pela UEMS se destaca, quando comparado ao volume de recurso incrementado pelas demais universidades que apresentaram elevação no custeio das despesas desse mesmo grupo. Por fim, o grupo 1, que contém a UEA, UERJ, UESPI e a USP, possui os menores gastos médios para o referido gasto.

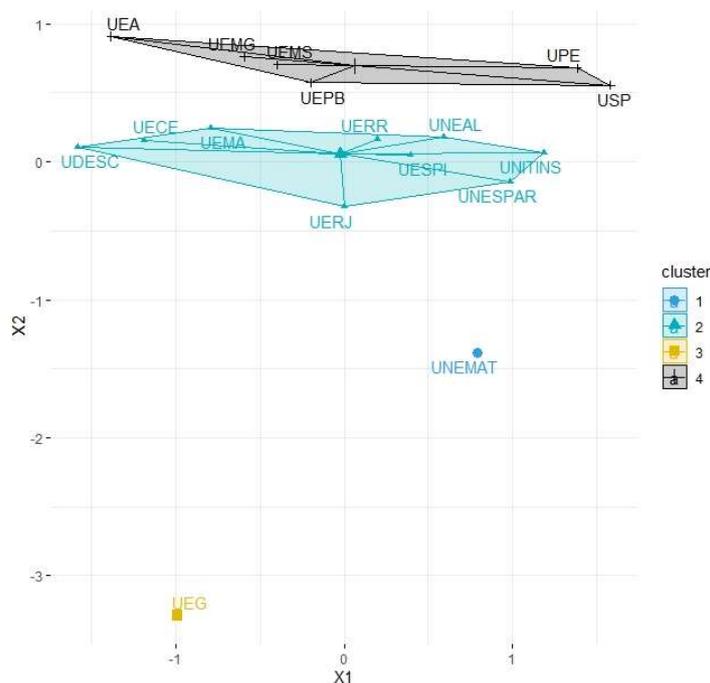
uma redução superior aos 145 milhões de reais, esse valor representa apenas 4% a menos em relação aos gastos do ano anterior no referido grupo.

4.1.5 Despesa com pessoal – “Penduricalhos”

As despesas que poderiam ou não se enquadrar no grupo de Despesas com Pessoa (elementos 8, 16, 46, 94 e 96), mas que não são levadas em conta para fins fiscais, foram reunidas neste grupo, Penduricalhos. A maioria das universidades teve seu gasto reduzido e aquelas cujo aumento percentual em 2020 se destaca apresentaram pouca relevância monetárias nas variações.

Estabeleceu-se o número ótimo de clusters de acordo com o método do cotovelo. Foi possível perceber a necessidade de quatro clusters para agrupar os gastos com penduricalhos.

Figura 5 – Agrupamento das universidades para penduricalhos



Fonte: dados da pesquisa.

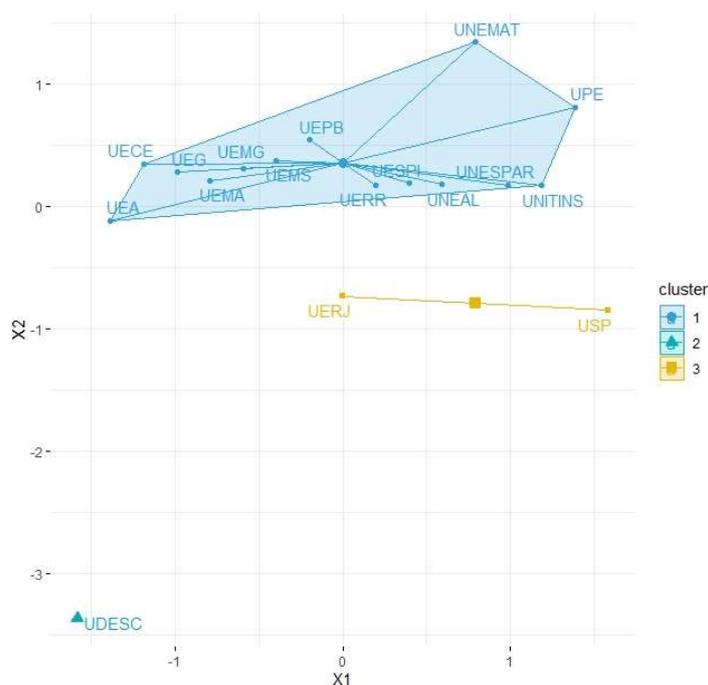
O *cluster* 4, que é composto pela UEA, UFMG, UFMS, UEPB, UPE e USP; possui os maiores gastos médios com penduricalhos. Os demais *clusters* representam as

em mais de 18 milhões de reais o referido gasto. Essa disparidade é observada no *cluster 2*. Em contrapartida, das cinco universidades que apresentaram aumento nesta despesa, apenas a UPE apresentou aumento significativo, 7 milhões de reais gastos a mais em 2020, como apresentado no *cluster 1*. No *cluster 3*, estão as universidades com maiores gastos médios e com as maiores variações nas despesas com material de consumo, entre o de 2019 e 2020.

4.1.8 Material permanente

No que se refere aos gastos com material permanente, destacam-se as informações a seguir, apresentadas na figura 8. A partir do gráfico do método de cotovelo, observou-se que as universidades deveriam ser agrupadas em 3 grupos para o referido gasto.

Figura 8 – Agrupamento das universidades para Material permanente



Fonte: dados da pesquisa.

A figura acima mostra que o cluster 2 contém a UDESC, o cluster 3 é composto pela UERJ e pela USP e, por fim, o cluster 1 é formado pelas demais universidades em estudo.

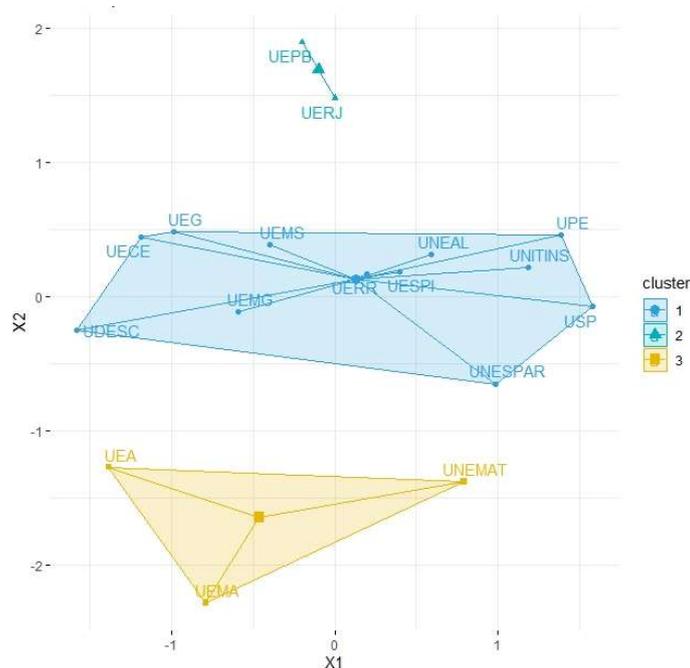
Com relação às métricas que descrevem os *clusters*, verifica-se que o grupo 1, que contém 14 universidades estaduais, obteve as maiores variações positivas nas despesas e

maiores gastos médios com material permanente em 2020 em relação a 2019. Neste mesmo período, a UERJ e a USP tiveram os menores gastos médios referentes a esta despesa (vide *cluster* 3). Destaca-se também, nesse grupo de despesas, a UDESC, a qual reduziu em mais de 17 milhões de reais a sua despesa com material permanente em 2020 (conforme *cluster* 2).

4.1.9 Auxílio financeiro a estudantes

Inicialmente, foi realizada a Análise de *Clusters* para os gastos referentes ao auxílio financeiro a estudantes, considerando universidades estaduais brasileiras, durante o ano de 2020 quando comparado à 2019. Para isso, obteve-se o número ideal de grupos de acordo com tais gastos anuais. Por meio do método da curva do cotovelo, observou-se que a quantidade ideal de *clusters* foi 3. Abaixo, é possível visualizar como estes três grupos foram dispostos.

Figura 9 – Agrupamento das universidades para o auxílio



Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, pela figura acima, que o *cluster 2* contém as universidades UEPB e UERJ. Além disso, o *cluster 3* contém a UEA, UEMA e UNEMAT. O *cluster 1* contém as demais universidades estaduais.

A maioria das universidades reduziu seus gastos com auxílio financeiro a estudantes (elemento 18). Entretanto, destaca-se aqui a UEPB, que aumentou seus gastos com essa despesa em quase 4 milhões de reais em 2020; seguida da UERJ, cujo aumento foi de pouco mais de 3 milhões de reais a mais que em 2019 (*cluster 2*). Em contrapartida, o *cluster 1* é o grupo que obteve as maiores variações nas despesas com auxílios e maior gasto médio no ano 2019, enquanto o *cluster 3* é composto por universidades que tiveram o menor gasto de 2019 a 2020.

A despesa com Auxílio financeiro a pesquisador (elemento 20) não sofreu grandes alterações no volume de recurso utilizado em 2020 e, por isso, foi eliminada deste estudo. Cabe destacar, todavia, que a UEMA apresentou um aumento de mais de 2 milhões de reais na referida despesa em relação ao exercício de 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou verificar reflexos da pandemia da COVID-19 na execução orçamentária do exercício de 2020 nas universidades públicas estaduais brasileiras em comparação com 2019. Atendendo ao objetivo proposto, verificou-se que a maioria das despesas estudadas sofreu alteração significativa no volume de recursos aplicados, em virtude da pandemia da COVID-19. Observou-se também que o número de *clusters* formados para cada grupo de despesa foi relativamente pequeno (mais especificamente, três). Logo, compreende-se que, apesar de as universidades terem adotado estratégias distintas (considerando os gastos de maneira individual), ainda houve certa semelhança na alocação de recursos para o período da pandemia em 2020.

Ainda que em proporções distintas, observou-se que todas as universidades da amostra reduziram seus gastos com diárias, passagens e despesas com locomoção no ano de 2020. Destaca-se, no que se refere a esses gastos, a USP, cuja redução no foi superior a 8 milhões de reais, em comparação com 2019.

Para os gastos realizados no grupo de despesa composto pelos elementos 37, 39 e 40, houve uma redução média de 19% no ano de 2020, em relação a 2019. Apenas 4 das universidades analisadas apresentaram aumento na média de gastos desse grupo. Destacam-se aqui a UPE, com um aumento de 112% nas despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação – Pessoa Jurídica e a UEMS, com um aumento de 64% na mesma despesa (elemento 40).

Para os gastos com serviço de terceiros, ou seja, de pessoa física, destacam-se aqui a UEG, UNEMAT, UEA e UNESPAR, que apresentaram redução superior a 50% do total realizado em 2019. Apenas estas quatro universidades deixaram de utilizar mais de 140 milhões de reais para o custeio das despesas relacionadas a esse grupo. Em contrapartida, a UEMS elevou os seus gastos com contratações por tempo determinado (elemento 4) em mais de 7 milhões de reais.

Os gastos com pessoal (elementos 11 e 13), em virtude do seu caráter obrigatório, sofreram pouca ou quase nenhuma variação percentual em relação a 2019. Entretanto, duas das universidades que compõem a amostra apresentaram dados significativos em relação ao elemento de despesa 11 (vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil). Destacam-se na amostra a UNEMAT, com redução superior a 270 milhões de reais, e a UNESPAR, com redução de mais de 190 milhões de reais. Esses números indicam que boa parcela de suas folhas de pagamento era constituída por pessoal não efetivo. Apesar da USP ter apresentado uma redução superior aos 145 milhões de reais, esse valor representa apenas 4% a menos em relação aos gastos do ano anterior no referido grupo.

Notou-se que, para os gastos alocados no grupo penduricalhos, a maioria das universidades sofreu variação pouco significativa, tanto para mais quanto para menos. Destaca-se, porém, a UNEMAT e a UEG, que apresentaram juntas uma redução superior a 17 milhões de reais no período em análise.

Quanto ao gasto com obras, observou-se pouca variação durante o período analisado. Pontualmente, verificou-se que a UEMA apresentou o maior gasto médio com obras e instalações no período de 2020, em relação a 2019. Já a UERJ e a UDESC obtiveram a maior redução com os referidos gastos, quando comparadas às demais universidades da amostra.

Observou-se, ainda, que os gastos com material de consumo (elemento 30) em 2020 foram reduzidos por 12 das instituições de ensino superior que compunham a amostra desse

estudo. No que se refere a esses gastos, destaca-se a USP, cuja redução consistiu em mais de 18 milhões de reais. Em contrapartida, das cinco universidades que apresentaram aumento nesta despesa, apenas a UPE apresentou aumento significativo, ou seja, 7 milhões de reais gastos a mais em 2020, em relação a 2019. No que tange aos gastos com material permanente, destaca-se a UDESC, que reduziu em mais de 17 milhões de reais a sua despesa em 2020.

A maioria das universidades reduziu seus gastos com auxílio financeiro a estudantes, (elemento 18). Entretanto, destaca-se aqui a UEPB, que aumentou seus gastos com essa despesa em quase 4 milhões de reais em 2020; seguida da UERJ, que apresentou aumento de pouco mais de 3 milhões de reais a mais que em 2019.

Para o alcance dos objetivos desta pesquisa, também foram observadas algumas limitações. Dentre elas, verificou-se que os portais da transparência deveriam fornecer ao menos a discriminação da despesa pública paga por cada ente, Unidade Gestora ou Orçamentária, bem como por elemento de despesa segundo a Portaria nº 163 da Secretaria do Tesouro Nacional. Todavia, apenas 17 Estados disponibilizaram os dados minimamente necessários. Alguns sites da transparência apresentaram problemas que inviabilizaram a coleta de dados. Os portais da transparência dos Estados não possuem um padrão de divulgação de dados em seu layout. Tal fato representou um grande obstáculo para a coleta dos dados.

Diante disso, sugere-se, para estudos posteriores, a verificação da variação dos gastos das universidades estaduais, incluindo as despesas do exercício de 2021, bem como as universidades estaduais que ficaram fora da amostra deste estudo.

Portanto, assume-se que esta pesquisa contribuiu para a constatação dos impactos financeiros causados pela pandemia da COVID-19 nas universidades estaduais brasileiras. A partir desta, foi possível observar o comportamento dos gastos das instituições estudadas e a maneira com que cada gestão priorizou a alocação de recursos durante o ano de 2020.

REFERÊNCIAS

ABMES. Impactos da pandemia no Ensino Superior do mundo. Disponível em: [pesquisa-pandemia-mundo21092020 \(abmes.org.br\)](https://www.abmes.org.br/pesquisa-pandemia-mundo21092020). Acesso em: 23 jun. 2021.

FREITAG, V. C.; ALMEIRA, K. K. M.; LUCENA, W. G. L. Teoria da Contingência. ALMEIRA, K. K. M.; FRANÇA, R. D. (Org.). **Teorias aplicadas à pesquisa em contabilidade: uma introdução às Teorias Econômicas, Organizacionais e Comportamentais**. Editora UFPB: João Pessoa, 2021.

HAIR, J. F. Análise Multivariada de Dados. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2009.

KASSAMBARA, A. Practical Guide To Cluster Analysis. In. R. 1. ed. USA: STHDA, 2017.

LOPES, C. M.; PASSOS, G. O. A contribuição das universidades estaduais (UEs) para o ensino superior no Brasil. **HOLOS**. Natal - RN, 2015, v. 3, p. 272-285.

MENDONÇA, E. B. Estatística descritiva para cursos de graduação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é COVID-19? Disponível em: www.gov.br Acesso em: 5 maio. 2021

R, R. C. (2021). A Language and Environment for Statistical Computing. Vienna, Austria.

SEBRAE. O impacto da pandemia de Coronavírus nos pequenos negócios. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 23 jun. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS. Portal da transparência de Alagoas. Despesas por órgão. Alagoas, 2020. Disponível em: transparencia.al.gov.br. Acesso em: 19 dez. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS. Portal da transparência do Estado do Amazonas. Despesas. Amazonas, 2021. Disponível em: transparencia.am.gov.br. Acesso em: 18 jan. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAPÁ. Portal da transparência: governo do Estado do Amapá. Amapá, 2020. Despesas. Disponível em: www.transparencia.ap.gov.br/consulta/2/300/despesa/livre. Acesso em: 12 jan. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Ceará transparente. Despesas do poder executivo. Ceará, 2020. Disponível em: cearatransparente.ce.gov.br. Acesso em: 19 dez. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Transparente. Execução orçamentária: visão geral. Goiás, 2021. Disponível em: www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/gastos-governamentais/execucao-orcamentaria. Acesso em: 18 jan. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Portal da transparência. Despesas. Maranhão, 2020. Disponível em: [Portal da Transparência do Governo do Estado do Maranhão \(transparencia.ma.gov.br\)](http://Portal da Transparência do Governo do Estado do Maranhão (transparencia.ma.gov.br)). Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO. Portal da transparência. Mato Grosso, 2020. Despesas. Disponível em: [Por órgão - Despesas - TRANSPARENCIA](#). Acesso em: 14 jan. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Portal da transparência. Despesas. Mato Grosso do Sul, 2020. Disponível em: [Portal da Transparência \(transparencia.ms.gov.br\)](https://transparencia.ms.gov.br). Acesso em: 14 jan. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS. Portal da transparência do Estado de Minas Gerais. Despesa. Minas Gerais, 2020. Disponível em: [Despesa \(transparencia.mg.gov.br\)](https://transparencia.mg.gov.br) Acesso em: 14. jan. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. Portal da transparência. Despesas. Pará, 2021. Disponível em: [Consultar Despesas Orçamentárias | Portal da Transparência \(transparencia.pa.gov.br\)](https://transparencia.pa.gov.br). Acesso em: 14 jan. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Portal da transparência do Estado da Paraíba. Despesa orçamentária. Paraíba, 2020. Disponível em: [Despesa Orçamentária — Transparência PB \(transparencia.pb.gov.br\)](https://transparencia.pb.gov.br). Acesso em: 19 dez. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. Portal da transparência. Despesas 2020. Paraná, 2021. Disponível em: [DESPESAS | Despesas 2020 | Portal da Transparência \(transparencia.pr.gov.br\)](https://transparencia.pr.gov.br). Acesso em: 18 jan. 2021.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Portal da transparência de Pernambuco. Despesas Gerais. Pernambuco, 2020. Disponível em: [Despesas Gerais – Portal da Transparência \(transparencia.pe.gov.br\)](https://transparencia.pe.gov.br) Acesso em: 19 dez. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. Portal da transparência. Despesa. Piauí, 2020. Disponível em: [Despesa \(transparencia.pi.gov.br\)](https://transparencia.pi.gov.br). Acesso em: 19 dez. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. Portal da transparência. Despesas. Tocantins, 2021. Disponível em: <https://transparencia.to.gov.br/despesas/#!/despesas>. Acesso em: 14 jan. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. Transparência RS. Consulta a receitas e gastos públicos. Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: [Transparencia.qvw](https://transparencia.qvw.gov.br). Acesso em: 18 jan. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. Portal da transparência fiscal: governo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [Despesa Genérica \(transparencia.rj.gov.br\)](https://transparencia.rj.gov.br). Acesso em: 18 jan. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA. Transparência: controladoria geral do Estado de Roraima. Receitas e despesas. Roraima, 2021. Disponível em: [Portal da Transparência de Roraima - Execução Orçamentária da Despesa por Natureza \(transparencia.rr.gov.br\)](https://transparencia.rr.gov.br). Acesso em: 14 jan. 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Portal da transparência do Poder Executivo de Santa Catarina. Santa Catarina, 2021. Despesa detalhada. Disponível em: [Despesa Detalhada - Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina \(transparencia.sc.gov.br\)](https://transparencia.sc.gov.br). Acesso em: 18 jan. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo: Secretaria da Fazenda e Planejamento. Despesa. São Paulo, 2021. Disponível em: [Execução Orçamentária e Financeira \(fazenda.sp.gov.br\)](https://fazenda.sp.gov.br). Acesso em: 18 jan. 2021.

UNA-SUS. Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. Disponível em: [Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus - Notícia - UNA-SUS \(unasus.gov.br\)](https://unasus.gov.br). Acesso em: 23 jun. 2021.

UNDIME. Redes municipais de educação apontam internet e infraestrutura como maiores dificuldades enfrentadas em 2020, mostra pesquisa da UNDIME. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/10-03-2021-13-17-redes-municipais-de-educacao-apontam-internet-e-infraestrutura-como-maiores-dificuldades-enfrentadas-em-2020-mostra-pesquisa-da-undime>. Acesso em: 23 jun. 2021.

VERHAGEM, J. A.; LAVARDA, C. E. F. Inovações no processo orçamentário a luz da abordagem contingencial: o caso de uma empresa de grande porte do sul do brasil. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau – SC, 2011. Disponível em: [Congresso ANPCONT 2011 - ANPCONT](#). Acesso em: 08 dez. 2021.